

XV

As dimensões da prática comunista

Começamos a discutir no capítulo passado a posição efetiva dos comunistas em meio às lutas políticas no capitalismo periférico. “Em meio”, pois nossa forma de situar a construção do movimento revolucionário evita posicionar os comunistas ou *antes* ou *acima* da realidade das organizações políticas. Não se encontram antes, pois, como enfatizamos, a “matéria prima” do trabalho comunista é a diversidade concreta da política emancipatória – de modo que não existe nada que comunistas possam fazer “no vácuo” político, nenhum plano ou estratégia a ser elaborado. E nem se encontram acima, pois as lutas não precisam de uma direção externa, autorizada por uma teoria geral do capitalismo, para criar e reinventar seus caminhos e meios de transformação radical da sociedade. Pelo contrário, se nossa teoria da transformação política está correta, quanto mais enraizados na realidade material fragmentada do capitalismo periférico, maior a chance de os processos políticos obterem triunfos revolucionários, mesmo que localizados. O fato de que toda vitória é situada – mesmo quando grandiosa e perene – e, portanto, demanda um passo adicional, um esforço de construção comunista, não pode servir de autorização para substituir a autonomia e experimentação política das lutas por um direcionamento prévio e generalizado. Tanto a matéria quanto os meios da construção do movimento revolucionário são criados pelas próprias lutas, de modo que a contradição que situa a posição dos comunistas não existe de forma independente da realidade prática das bases, militantes e organizadores políticos.

Como vimos, a contradição no cerne da existência dos comunistas é definida pela ausência de uma convergência ou identidade imediata entre as diferentes formas de processos políticos radicais – afinal, não seriam necessários comunistas se o desenvolvimento das lutas as aproximasse espontaneamente umas das outras. Ser atravessado por essa contradição significa constantemente confrontar uma dada forma de transformação política com a existência de outras, que podem tanto apresentar pontos de contato, quanto serem distintas ou mesmo estarem em

conflito entre si. E o que diferencia isso de um mero ecletismo político é que esse confronto não pode ser nem externo – pois não se trata de simplesmente estar avisado da existência de outras lutas, mas de também considerar como, do ponto de vista delas, a luta que travamos é percebida – e nem superficial – pois não se trata de buscar vínculos individuais com outras lutas, mas de construir redes de interdependência efetiva entre elas, quando possível. É na forma de uma contradição que essa posição pode ser experimentada *dentro* do campo das lutas, e é o seu encaminhamento concreto que dá conteúdo e forma à prática comunista: isto é, determina o que pode significar, efetivamente, “destacar”, “fazer prevalecer” e “representar” os interesses comuns do movimento revolucionário.

Ao mesmo tempo, também por conta dessa mesma contradição, a posição dos comunistas ajuda a construir um ponto de vista que não está totalmente contido em nenhuma luta em particular, pois é atravessado por esse âmbito político mais geral. A existência de um “ponto de vista comunista”, na verdade, pode ser derivada diretamente da nossa teoria da organização: uma organização composta pela articulação parcial de várias organizações políticas concretas irá interagir com seu meio de outra forma e também irá distinguir o que conta e o que não conta nesses processos políticos de maneira singular. Isso ajuda a evitarmos, mais uma vez, a leitura de que essa posição dos comunistas seria derivada de uma teoria ou visão mais abrangente: se não existir nenhuma articulação prática entre lutas, não haverá organização calcada em seus interesses comuns, e se isso não existe, não há como existir um ponto de vista comunista concreto para que existam comunistas guiados por essa perspectiva. Trata-se, como sempre, de uma questão organizativa, prática e concreta: há mais concretude no comunismo de quem se ocupa da articulação real entre duas ou três lutas localizadas do que na prática política de quem mobiliza constantemente a imagem de uma nova sociedade porvir para orientar o caminho estratégico de um grupo político isolado.

A existência de uma perspectiva derivada da realidade das articulações que comunistas são capazes de construir nos permite avançar na compreensão de sua prática, mesmo que seja impossível antecipar suas determinações específicas, já

que essas decorrem da realidade concreta das lutas. Considerando esse ponto de vista, podemos compreender, por exemplo, porque mesmo não tendo partidos, princípios ou objetivos separados, as práticas comunistas ainda assim têm uma forma específica: é que os comunistas realizam as mesmas tarefas que toda base, militante e organizador, mas sob um ângulo diferente, isto é, considerando cada luta como parte de um ecossistema heterogêneo. Como veremos agora, essa mudança de perspectiva não é abstrata, pois corresponde a uma reorganização prática de todos os componentes de uma dada luta emancipatória – seus conflitos no campo da composição, da interação e da percepção.

Composição e experimentos políticos

Uma primeira pista que temos para nos auxiliar a pensar a organização política desde a perspectiva da prática comunista é que, desse ponto de vista, mesmo quando engajados com uma luta em particular, nos situamos a partir da contradição entre esse processo político e outros. Isto é, pensamos uma atividade coletiva à luz de uma ecologia política maior, mesmo quando atuando em um único espaço. Vale lembrar que, em nossa teoria, o único modo de perceber outras coisas em um dado contexto é se interagimos e estruturamos essa atividade de uma nova forma – e, portanto, é porque estamos envolvidos com a questão da articulação e construção comunista que é possível que outros aspectos de uma dada prática venham à tona.

O que significa, então, participar da composição de uma organização política a partir da prática comunista? O campo da composição, como vimos anteriormente, diz respeito ao modo como uma atividade social é estruturada – como se divide, sua dinâmica interna, etc. Em geral, isso diz respeito ao modo como as diferentes lógicas sociais se misturam para formar um processo coletivo qualquer: o papel do dinheiro e do trabalho, as regras, a burocracia e as leis, a afinidade, a amizade, etc. No campo da política, no entanto, a composição organizacional é o local de um conflito entre as pressões do mundo social – em suas formas conservadoras e reacionárias – e a forma política que visa reestruturar o convívio, a estrutura

organizativa e a ação coletiva. Na maior parte das vezes, a persistência de um processo político é disputada no campo da composição: permanecer juntos, se reunir, preservar a capacidade crítica e a visão coletiva, etc. E é também no campo da composição que se distingue a base da militância e dos organizadores – uma vez que os militantes e organizadores não interagem “de fora” com o processo organizado, mas participam e atuam no seu interior. Em todos esses aspectos ligados à composição política, está sempre em jogo a revisão tática e estratégica da forma política, nascida da realidade material e do seu poder de recusa de se integrar socialmente. Como descrever o que somos? Como podemos nos relacionar? Como estruturar a organização do processo para que ele possa não só persistir perante as forças conservadoras e reacionárias, mas efetivamente transformar a realidade?

Formular e encaminhar essas questões do ponto de vista comunista é incluir em nossas considerações não apenas como uma luta pensa a si mesma – como vimos: sua dimensão tática, estratégica, logística e mobilizadora – mas também como ela aparece *do ponto de vista de outras organizações*. É claro que é provavelmente inútil para um coletivo anarquista que mantém uma ocupação urbana tentar se ver do ponto de vista de um sindicato rural com o qual não tem nenhuma relação – isso seria um exercício abstrato – mas talvez não seja tão inútil assim pensar a luta de moradia em que estão engajados do ponto de vista da luta dos trabalhadores agrícolas *se houver uma interação possível entre as duas*. Isso não significa necessariamente o estabelecimento de uma relação planejada e firme, pode apenas significar que, de certa forma, tanto a ocupação quanto o sindicato partilham de um mesmo ambiente social – seja porque enfrentam um mesmo inimigo, seja porque alguns moradores da ocupação migraram daquela cidade em busca de outra vida ou porque a venda de produtos orgânicos na esquina compra de produtores daquela região. Nesses casos todos, o ponto de vista do sindicato rural sobre as ocupações urbanas pode iluminar aspectos da realidade material dessas lutas que não são diretamente visíveis a partir delas, permitindo a reformulação de questões que poderiam parecer intratáveis ou invisíveis.

Essa outra luz, no entanto, é muito fraca quando o esforço de reformulação é puramente intelectual – quando militantes tentam se enxergar através dos olhos de outras pessoas. O que fortalece essa outra perspectiva é a criação de vínculos e atividades compartilhadas, como reuniões, feiras, atos, etc. O esforço de compor algo em conjunto confronta ambas as organizações com suas diferenças sociais e políticas e, através das resistências a esse processo, essa outra perspectiva começa a ganhar mais contornos. Nesse sentido, a prática comunista no campo da composição – que pensa as oportunidades de articulação entre organizações como oportunidades para conhecer novos aspectos de suas próprias estruturas, se assemelha muito a um *experimento*.

De forma muito simplificada, um experimento pode ser pensado como a criação de um espaço artificial, onde conseguimos controlar a influência de diferentes fatores, onde então causamos algumas perturbações e observamos seus efeitos. Como é um espaço controlado, conseguimos entender melhor as leis e princípios que estão operando ali, separando essas determinações de outras possíveis causas, e assim dando forma a algo que antes permanecia invisível. Porém, além do aspecto da “perturbação controlada”, o experimento tem ainda uma segunda característica: ele deve ser comparável a outros experimentos, isto é, precisamos ser capazes de articular e construir uma visão coerente composta a partir dos resultados de vários desses arranjos artificiais, sejam eles capazes de confirmar nossas hipóteses ou não. Essa segunda característica não é algo menor ou secundário: é preciso já realizar o experimento já tendo em vistas a possibilidade de ser compartilhado – isto é, ser realizado por outras pessoas.

Ora, do ponto de vista da articulação comunista, há algo dessa artificialidade do experimento na maneira como uma organização política visa impedir o funcionamento regular da sociedade e extrair da realidade material social novas formas coletivas, para então testar de maneira criativa as consequências dessa reorganização da vida. O que a perspectiva comunista adiciona a essa dimensão composicional das lutas é justamente essa segunda cláusula que mencionamos, a condição de que essa luta composicional contra o mundo seja partilhável em

alguma medida. É a preocupação com um trânsito entre a composição de diferentes organizações que qualifica, finalmente, a possibilidade de que comunistas compreendam a dimensão experimental do esforço das bases, militantes e organizadores de um dado processo político – sem a construção de meios de partilha dos acertos, erros e limites de cada luta, essa dimensão não passaria de uma metáfora vazia.

Vimos anteriormente que, no campo da composição, o conservadorismo e o reacionarismo aparecem como dois tipos de pressão sobre os participantes de um processo político. No primeiro caso, a pressão conservadora leva militantes a decidir, cada vez mais, a partir das necessidades de sua sobrevivência e reprodução social atual. No segundo, o reacionarismo visa substituir o caráter injustificável e frágil das novas ideias políticas por modelos ideais extraídos da realidade social e que, dando mais estabilidade à organização, também indicam as pessoas e ideias que precisam ser eliminadas da luta. Em ambos os casos, o mundo social avança sobre as novidades políticas extraídas da realidade material pela luta, reduzindo seu espaço. Mas a prática comunista pode oferecer novas ferramentas para lidar com esses dois conflitos, seja porque a recomposição política pode efetivamente aliviar as pressões da vida social sobre os militantes – principalmente se permitir reduzir a carga de tarefas em ambas as organizações – mas seja também por ajudar a trazer à tona ainda mais elementos da realidade material que motiva o caráter político da luta em questão. Descobrir que lutar pelo direito à moradia no centro de uma cidade pode também significar lutar pelo direito de voltar para o campo é uma maneira de revitalizar uma ideia política ameaçada pelo horizonte da violência urbana, por exemplo.

Em certo sentido, a luta política é *sempre* experimental, o que a prática comunista faz é criar meios para que seja possível acumular um saldo prático desses experimentos. E esses meios não envolvem os comunistas tratarem a luta com indiferença ou tomarem uma posição externa e científica – até porque, como acabamos de sugerir, organizações políticas aparecem como experimentos *umas para as outras*, e não para indivíduos desengajados e pretensamente imparciais,

observando tudo de fora. O que a prática comunista adiciona às lutas, e que emerge inicialmente como uma contradição em suas práticas militantes, é justamente essa ciência do potencial contido nas articulações entre diferentes formas de composição política. Na verdade, não há nada de muito novo nessa intuição: que organizadores políticos não se interessam pelos relatos das lutas do passado e por sua capacidade de jogar uma nova luz em nossas próprias práticas? A questão é, antes, por que só podemos reconhecer o poder de outras lutas para iluminar nossas próprias organizações se pudermos nos manter à distância delas, separados no tempo. Há aí, talvez, um pouco do vanguardismo comunista que tenta capacitar alguns militantes em particular para ter uma visão de conjunto melhor que a dos demais – algo que a articulação concreta entre lutas ajuda a desfazer.

Interação e tecnologias políticas

O campo da interação, sabemos, é o principal palco da luta política. É onde os processos políticos se chocam contra as estruturas capitalistas e as forças reacionárias mais viscerais, além de ser a trincheira que melhor nos permite avaliar os avanços e recuos das lutas, bem como seus acertos e erros táticos e estratégicos. Por consequência, é também onde a prática comunista precisa demonstrar sua maior utilidade política.

A principal diferença da prática comunista no campo da composição para o campo da interação é que, no primeiro caso, articulações em questão dizem respeito ao interior dos processos políticos – permitindo encontros, trocas e até mesmo reorganizações internas das lutas, sejam essas provisórias ou mais duradouras – enquanto que, no segundo, o que está em jogo é a articulação entre ações voltadas para a transformação do mundo, cujos efeitos são medidos não pela reorganização interna ao processo político, mas pela reorganização das relações sociais a nossa volta. Os casos mais tradicionais de articulação no campo das ações são certamente os de manifestações e campanhas puxadas por muitas organizações em conjunto, mas a circulação de força política que emerge em

momentos de revolta generalizada – amplificando o poder de coletivos e lutas muito diferentes ao mesmo tempo – também é efeito da mesma transferência ou partilha interativa. Mesmo que do ponto de vista composicional elas permaneçam separadas, juntam-se para potencializar o efeito de uma dada intervenção – que pode inclusive ter um significado estratégico bastante diferente para cada uma. Em sua forma mínima, essas articulações diminuem o custo da ação para cada organização e aumentam seu efeito agregado.

Acontece, é claro, que esses mesmos exemplos também demonstram uma das grandes dificuldades da prática comunista no campo da intervenção. Dado um certo conjunto de lutas, cada uma organizada de forma diferente – partidos revolucionários, parlamentares de centro-esquerda, movimentos sociais, movimentos de território, coletivos autonomistas, etc. – e cada uma percebendo a realidade social a partir de sua composição própria, é quase impossível encontrar ações articuladas que não sejam extremamente simples, pontuais e de efeito indireto. Atos, revoltas e campanhas – principalmente se forem convocados não para avançar a luta, mas para impedir o avanço da direita – ajudam a solucionar esse problema se apresentando como meios a serem disputados, mais do que como ações cujas finalidades realmente interessam a essas diferentes lutas. Qualquer ação conjunta mais complexa, enraizada e duradoura, dado o ecossistema fraturado das esquerdas, romperia com a lógica básica da articulação – isto é, permitir um efeito político agregado maior do que qualquer luta poderia produzir sozinha – pois é em geral extremamente custoso para as organizações políticas muito distintas entre si cederem o suficiente para sustentar um percurso tático partilhado por muito tempo.

Evidentemente, não existe uma receita ou modelo geral para o encaminhamento dessa tensão desde o ponto de vista da prática comunista, mas é crucial notar que esse impasse que mencionamos – a falta de garantia de que as formas de intervenção mais adequadas para cada processo político se reforcem e multipliquem seus efeitos – é a expressão mais direta da contradição que situa a posição dos comunistas. De certa forma, a reconsideração tática e estratégica

fundada nessa tensão, que nos leva a confrontar a questão de como formular intervenções que tenham mais chances de produzir avanços políticos por conta do campo de ação de outras lutas, e que façam o mesmo por elas, é o cerne mesmo dessa prática. Mas, como vimos anteriormente, é impossível separar completamente o campo da interação dos campos da composição e da percepção – ou, nos termos que apresentamos anteriormente, separar tática e estratégia dos campos da logística e da mobilização – e, portanto, a prática comunista voltada para a ação agregada é também uma prática necessariamente preocupada com a estrutura interna dos diferentes processos políticos e o modo como concebem a realidade social.

Falamos que a articulação comunista centrada na composição trata a estrutura de diferentes organizações como experimentos – na medida em que essas articulações concretas revelam aspectos potencialmente invisíveis dessas lutas diversas. A articulação comunista no campo da intervenção toma outra forma – se assemelha mais ao campo da *tecnologia* do que o da ciência experimental.

A tecnologia é entendida no senso comum como o campo de estudos e desenvolvimento de ferramentas e instrumentos. Tal qual a experimentação, que se diferencia da mera experiência por ser transferível ou partilhável, a tecnologia se diferencia do saber-fazer prático por explicitar esses processos e permitir sua reprodução por terceiros. Um marceneiro que sabe fazer um tipo de encaixe especial entre partes de um móvel depende da sua experiência acumulada e talento técnico para realizar essa operação – pode até inventar usos e formas novas para seus instrumentos de trabalho. Dizemos que essa forma de atuar se transformou numa tecnologia para a marcenaria quando essa técnica se torna facilmente reproduzível sem demandar que outros usuários ocupem a mesma posição que o marceneiro original. É claro que oficinas educativas podem ensinar essa técnica, mas é quando esse fazer passa a informar novas ferramentas, manuais de instrução e preparados dos meios de produção que realmente se torna transmissível até para quem não é tão talentoso tecnicamente. Por outro lado, a tecnologia não apenas torna reproduzível, com menor custo de trabalho, o que

nasceu da experiência técnica de alguns, mas também pode tornar viáveis ações em escalas que são inacessíveis para nós individualmente. A separação entre técnica e tecnologia não é apenas a diferença entre um trabalhador talentoso e um que apenas utiliza ferramentas que facilitam o trabalho, mas também entre ações que conseguimos realizar com nosso próprio esforço e ações que só são possíveis porque passam por ferramentas especiais que nos permitem agir sobre o muito pequeno e o muito grande.

De forma similar, o campo da tecnologia política junta essas duas dimensões. Por um lado, é o campo da prática comunista preocupado com a transferência de formas de ação através de diferentes lutas, permitindo que diferentes visões estratégicas possam se beneficiar de formas de intervenção que não emergiram de dentro de seus processos de luta. Por outro, é também o campo onde buscamos encontrar formas de atuação cujo efeito agregado seja irreduzível à soma das intervenções das lutas particulares. No nível mais simples, podemos pensar aqui tanto na reprodução de instrumentos de luta através de diferentes processos políticos – a adoção das enquetes operárias europeias em contextos de trabalho informal extremamente precarizado no sudeste brasileiro, por exemplo – e na articulação concreta de diferentes lutas em ações conjuntas – como campanhas para alterar a legislação, para barrar algum candidato de direita, ou na organização de protestos de massa, etc. Mas quanto mais conhecemos o terreno de cada luta, e quanto mais cada luta conhece o terreno uma da outra, mais formas distintas de articulação podem se tornar viáveis – maneiras de costurar ações diversas em verdadeiras cadeias de atividade política contínua, combinando cozinhas solidárias, greves de categorias, ocupações, redes de pequenos produtores, etc. Tais construções demandam articulações complexas entre movimentos, partidos e suas diferentes bases, mas também reforçam a possibilidade de avanços políticos impossíveis de serem produzidos por qualquer um desses atores isoladamente.

Pensar as formas de intervenção política em nossas organizações e em outras como tecnologias – isto é, como formas de agir e transformar a realidade que podem ser aperfeiçoadas e partilhadas – é um pouco como se preocupar com os

“meios de produção” da luta. Significa observar como agimos, a que custo, e se existem maneiras “mais econômicas” de militar e atuar, dependendo de se cooperamos ou não. E se consideramos a articulação composicional, que descrevemos anteriormente, como um olhar experimental sobre o “trabalho” militante, poderíamos até falar, para retornar ao *Capital*, no problema da “composição orgânica” das lutas e de como diferentes maneiras de atuar podem diminuir o trabalho militante necessário para realizar diferentes tarefas, aumentando a eficácia de nossas intervenções.

Mais uma vez, nada disso implica a existência de um comitê externo às lutas tentando dirigir e unificar formas de atuação diversas – grandes gestores ou generais das lutas. Assim como apenas articulações composicionais concretas realmente fazem aspectos novos de uma organização aparecer para seus militantes e para militantes de outras organizações, também o processo de articulação das formas de intervenção se constrói em meio à ação e sua avaliação – e, não à toa, coloca muitas vezes para bases, militantes e organizadores o desafio de escolher entre produzir efeitos políticos reais e garantir a distinção ideológica de suas próprias organizações. É nesse desfiladeiro tático e estratégico que se expressa com maior clareza a contradição comunista e sua tarefa construtiva.

Percepção e enquetes políticas

Relembremos rapidamente nossa definição da luta por percepção. O que está em jogo aqui, para um dado processo político, é a maneira como as pessoas externas a essa organização concebem o que se passa ali. Enquanto as forças emancipatórias visam transformar o ambiente social o suficiente para que até mesmo quem não participa ativamente da luta reconheça a existência e legitimidade de seus princípios políticos, forças conservadoras e reacionárias atuam sobre esses ambientes sociais a fim de torná-lo indiferente ou mesmo nocivo aos avanços das lutas. O principal exemplo que demos do tipo de combate que se trava nessa esfera é o trabalho de base, muitas vezes avaliado em termos da consciência de classe que estimula nas pessoas. Por outro lado, enfatizamos

que, do nosso ponto de vista organizacional, o tipo de transformação que nos interessa avaliar ocorre no campo das práticas e relações sociais, mesmo que seu saldo individual seja a possibilidade de as pessoas expressarem e compreenderem intelectualmente o mundo de outra maneira.

Como esse tipo de atuação é integrada à prática comunista? Há uma especificidade aqui que vale a pena mencionar. Olhando retrospectivamente, é interessante que a articulação no campo da composição seja a mais contraintuitiva – a ideia de que a interação com outras organizações pode revelar dimensões impensadas de uma luta é talvez a mais difícil de conceber – e a articulação no campo da intervenção seja mais compreensível pragmaticamente – pois envolve diretamente a tentativa de criar mais força para as nossas diferentes intervenções políticas. Essa diferenciação decorre, certamente, do fato que existem muitas justificativas ideológicas e organizacionais para os processos políticos se expressarem em formas tão distintas entre si, mas existe um certo conjunto de inimigos políticos comuns contra os quais todas essas lutas se insurgem – isso tornaria a articulação tática e estratégica um pouco mais intuitiva.

Quando consideramos o caso dos ambientes sociais das lutas, essa imbricação se torna ainda mais forte: mesmo que cada luta “recorte” a realidade de forma diferente, as pessoas vivem, em geral, no mundo do capitalismo periférico. Sabemos que a periferização produz uma fragmentação organizacional na vida social, produzindo uma série de arranjos diferentes entre valor, propriedade e afinidade. Acontece que, enquanto as organizações políticas normalmente expressam a tensão entre um arranjo particular dessas lógicas e seus princípios emancipatórios específicos, as pessoas precisam navegar e circular entre essas diferentes fraturas, atravessando cidades partidas, ambientes sociais muitos distintos entre si, muitas vezes se agarrando desesperadamente à lógica das mercadorias para se orientar, já que essa é, hoje, a única forma capaz de integrar todo o tecido social. Essa diferença entre uma circulação necessária entre fraturas sociais, do lado do povo, e uma circulação truncada entre as organizações políticas, nos permite reconhecer o conteúdo *popular* da prática comunista. Talvez

de forma paradoxal, considerando a complexidade de tudo o que analisamos até aqui, é preciso concluir que o ponto de vista da contradição entre as lutas particulares e a totalidade do movimento revolucionário é, dentro da esfera da política emancipatória, a posição que melhor reflete as contradições mais gerais da vida social em condições periféricas. O horizonte comunista é, afinal, aquele do “mundo em que cabem muitos mundos” – um reencontro entre a forma política e a variedade de formas de vida.

É considerando esse trânsito das pessoas por diferentes ambientes sociais que podemos entender por que, no campo da percepção, a prática comunista tende a produzir uma inversão na lógica do trabalho de base. Se o trabalho de base visa produzir um reconhecimento, por parte do povo, da legitimidade de uma dada luta política, do ponto de vista comunista são as bases das diferentes lutas que têm o poder de lançar nova luz sobre a consciência política dos militantes e organizadores de diferentes processos políticos. É por isso que a prática de articulações no campo dos ambientes sociais ganha a forma de *enquetes*.

Mesmo se apresentando de maneiras muito diversas ao longo da história do marxismo, a prática das “enquetes operárias” tem, no geral, a característica de deslocar o cerne do pensamento político dos militantes para os trabalhadores. Mesmo que envolvam muitas vezes atividades políticas indistintas do trabalho de base – reuniões, conversas, pesquisas de bairro e ambientes de trabalho, distribuição de jornais, atos públicos, etc. – as enquetes acabam ganhando uma forma diferente por confrontar mais diretamente a contradição comunista essencial. Levadas à cabo por militantes de orientações políticas particulares, as enquetes se oferecem como uma mediação entre trabalhadores isolados entre si, um espelho para que construam novos horizontes de articulação entre si – desde a partilha de formas de resistência até a criação de uma consciência coletiva mais abrangente. Em outras palavras, a forma da enquete, enquanto prática comunista, expõe as lutas à possibilidade de que o ponto de vista político dos trabalhadores não coincida com a visão restrita das próprias organizações que realizam as enquetes. É possível – e muito comum – que, do ponto de vista de um dado ambiente social,

as diferenças que fazemos entre nossas organizações e concepções ideológicas não façam tanta diferença assim e todos nós apareçamos, para o povo, como parte de um mesmo campo político – coisa que muitas vezes não somos capazes de conceber por nós mesmos.

Isso faz da enquete, para o comunista, uma ferramenta crucial tanto na hora de compreender como se conectam os diferentes fragmentos sociais que compõem o capitalismo periférico quanto as brechas que podem permitir, a partir de práticas concretas, a construção de uma percepção da totalidade das lutas – um ponto de vista que é em grande parte indiferente às nossas categorias ideológicas e se orienta, no geral, pela diferença agregada que podemos fazer na realidade das pessoas. Nesse sentido, a enquete não tem a forma nem de um experimento – não atua através de recomposições e articulações entre organizações – e nem de uma tecnologia – pois não diz respeito à articulação entre formas de ação. O que as enquetes constroem, em suma, é a *percepção dos interesses comuns* de diferentes lutas, isto é, uma rearticulação entre partes do tecido social capaz de iluminar e avaliar a relevância das distinções que traçamos para nossas bases, militantes e organizadores. Ao submeter toda construção política emancipatória ao tribunal da percepção popular, as enquetes enraízam os comunistas no único substrato digno de confiança – fechando o circuito que vai da base aos comunistas, e de volta a elas.